

ENEM: GOVERNAMENTALIDADE, EDUCAÇÃO E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE NEOLIBERAL

SIMONE GONÇALVES DA SILVA¹; ÁLVARO MOREIRA HYPOLITO²

¹Universidade Federal de Pelotas – simonegonsilva@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – alvaro.hypolito@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

De forma ensaística, a presente pesquisa ocupa-se de problematizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como uma estratégia da governamentalidade neoliberal. Nessa direção discute-se algumas características da racionalidade neoliberal que vem pautando o pensamento educacional e a constituição dos sujeitos na contemporaneidade e como podem atribuir visibilidade para o direcionamento na produção de políticas educacionais atuais. Partindo do entendimento de que as práticas governamentais neoliberais buscam disseminar uma cultura do empreendedorismo, acredita-se que a sociedade passa a funcionar sob a ótica da economia gerencial e empresarial, para formar um sujeito flexível, inovador, competitivo, auto responsável.

Nessa direção as mentalidades neoliberais passam a produzir efeitos nas formas de subjetivação dos sujeitos da sociedade contemporânea, disputando subjetividades desde a perspectiva do *Homo Oeconomicus*-sujeito empresário de si. Coloca-se que diante da produção das políticas educacionais, em especial o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, tais políticas podem agir no sentido de governar a conduta dos sujeitos, como um jogo de disputa de verdade que tende a constituir posições de sujeitos investidores em capital humano.

Arrisca-se, neste estudo, compreender alguns deslocamentos importantes nos modos de regulação que organizam a vida em sociedade, com inspirações nas formulações desenvolvidas por Michel Foucault (2008a, 2008b). Busca-se uma articulação deste referencial como condição para compreender o modo de vida contemporâneo nos desafios da educação e suas implicações na orientação e produção das políticas de escolarização de uma educação na perspectiva do investimento em capital humano – homem econômico empresário de si.

2. METODOLOGIA

A fim de compreender o ENEM como estratégia de governamentalidade, optou-se pela realização de uma pesquisa de natureza qualitativa, cuja tipologia caracteriza-se como teórico-bibliográfica, diante da possibilidade desse corpus de referência abranger uma reflexão em torno dos discursos que passam a integrar a pauta na produção de políticas educacionais na contemporaneidade, culminando na discussão que imprime nos sujeitos uma certa posição de sujeito a ser ocupada. As mídias do Ministério da Educação, para inscrições no ENEM, também serão utilizadas como fonte de análise, estes artefatos culturais veiculam um discurso destinado aos estudantes como estratégia de governar a conduta.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mudanças culturais, sociais e econômicas vivenciadas a partir da segunda metade do século XX, emergem novas formas de poder que implicam na reorganização da vida em sociedade e na formação de outro tipo de sujeito. Compreender essas modificações implica primeiramente o entendimento de alguns deslocamentos importantes como a passagem da Governamentalidade Liberal/Sociedade Disciplinar para Governamentalidade Neoliberal/Sociedade de Controle.

A sociedade disciplinar emerge conjuntamente com a invenção do Estado de governo no século XVIII, quando os fatos da população se tornam importantes para a organização de uma nova ordem de governar as nações. As especificidades da população se tornam objeto de tecnologias políticas de poder ao constituir uma arte de governar. A arte de governar começa a ser desenvolvida no século XVI e emerge ao final do século XVIII quando se consolidou a arte de governar liberal em função da problemática do governar e ser governado.

Nesse período, aparece a governamentalidade, uma grade analítica elaborada por Michel Foucault como uma racionalidade política, econômica e social que desenvolve ações e estratégias de poder para o governo dos indivíduos e da população. A racionalidade das práticas de governamentalidade passa a ser entendida como um exercício administrativo de governar a conduta dos homens, dos outros, e de uns sobre os outros. Em síntese, Foucault (2008a) entende a governamentalidade como a compreensão das formas de governar, trazendo três âmbitos para serem compreendidos como uma ferramenta conceitual: a) o exercício de poder sobre a população que para se consolidar necessita de um conjunto de instituições, técnicas, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e estratégias agentes na conduta da população e que possuem “por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (p.143); b) a tendência emergente que acompanhou a história do Ocidente nas maneiras de governo dos outros, com base na soberania e na disciplina, propiciando “por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo, e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes” (p.144); c) a construção do estado moderno, o estado governamentalizado emergente no século XVIII, constituído a partir do resultado do processo que perpassa o estado de justiça da idade média baseado no modelo de poder pastoral-cristão e da Razão de Estado do século XVI apoiado em dois dispositivos de poder: a técnica diplomático-militar e a polícia a fim de assegurar o fortalecimento do estado.

A prática do liberalismo emerge como uma racionalidade do exercício no governo da conduta dos sujeitos, uma arte de governar para resolver os problemas entre economia e política para o fortalecimento do Estado Moderno Capitalista. A arte liberal de governar exercida durante o período do século XVIII até a Segunda Guerra vem sendo ressignificada a partir de meados do século XX por um novo modo neoliberal de governar. O neoliberalismo surge como estratégia de reorganização do capitalismo, pelo ambiente propício da globalização desencadeado pelas inovações tecnológicas e pela abertura do mercado em escala mundial.

O *Homo Oeconomicus* constitui-se como elemento da razão governamental liberal, estabelecida a partir do século XVIII. Foucault (2008b) resume o conceito como: “*Homo Oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável” (p.369), o parceiro de troca no Estado Liberal. O autor ainda detalha que no Estado Neoliberal: “*Homo Oeconomicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (p. 201). Esse novo

homem econômico investidor, interessado, responsável, motivado e disposto, configuram-se novas subjetividades na governamentalidade neoliberal.

O Estado passa a operar com objetivos individuais e totalizantes ao cuidar da vida da população e tornar o sujeito produtivo. A dinâmica de desenvolvimento econômico do país passa a ser considerado com relação ao capital humano, não mais simplesmente pelo capital físico dos trabalhadores. A partir disso, os problemas de crescimento econômico são encarados como insuficiência em capital humano. Sendo assim, as políticas educacionais, as políticas culturais, as políticas sociais, as políticas de saúde são alvo permanentes para manter o equilíbrio econômico (FOUCAULT, 2008b).

Assim, os sujeitos devem estar dispostos a investir em educação para crescer, constituindo uma forma de ser e estar no mundo – o aprendiz por toda vida. O aprendiz por toda vida se coloca como lógica da cidadania, no qual todos e cada um/a são responsabilizados por fazer a sua parte e ajudar o Brasil, no caso, rumo à modernização e ao desenvolvimento, tornando-se um país educado – “Brasil. Pátria Educadora”. O ENEM como instrumento de acesso ao ensino superior, transfere a responsabilidade para a população da gestão de suas vidas, ao mesmo tempo em que garante minimamente as condições para participar da concorrência.

A educação constitui-se como uma das esferas encarregadas de transmitir as verdades produzidas pela arte de governar neoliberal. Os investimentos em capital humano, principalmente os investimentos em educação escolarizada constitui-se uma forma de gestão viável do *Homo Oeconomicus* que serve para o sujeito aprender a ser empreendedor de si mesmo. Por exemplo, no trecho do vídeo de 2015 coloca-se a necessidade do investimento no ENEM “A educação é um caminho de oportunidades, que possibilitam realizar os sonhos mais altos e o ENEM é o parceiro para o alcance dos seus objetivos”. Assim, reforça-se a ideia do investimento em capital humano e empreendedorismo como comportamentos sociais necessários nessa governamentalidade neoliberal.

Nessa discussão de mudanças contemporâneas, entende-se que o ENEM passa a produzir efeitos nas formas de subjetivação dos sujeitos da sociedade contemporânea, disputando subjetividades desde a perspectiva do *Homo Oeconomicus*. Coloca-se que diante desta política avaliativa o currículo escolar e as práticas curriculares no Ensino Médio podem passar a ser reguladas por estratégias e tecnologias de poder para governar as condutas dos sujeitos. Estas estratégias de governo e de regulação são práticas que vêm objetivando os sujeitos como flexíveis, empreendedores, escolhedores, responsáveis. Em síntese, é o sujeito empresário de si mesmo e aprendiz para toda a vida que parece pautar a política avaliativa ENEM.

Argumenta-se neste processo investigativo que o ENEM ao instituir-se como um caminho de oportunidades interpela os sujeitos produzindo/inventando o cidadão empresário de si mesmo. Assim, a competência do sujeito, subjetivado pelo ENEM, está em apanhar no ar as novas e as desconhecidas oportunidades que se descortinam para um/a estudante que pretende realizar o exame. O exame parece estar estimulando o ser universitário que aprende para o fim de ser universitário. Ingressar em uma universidade hoje também configura estar dentro do jogo da vida ensaiada na governamentalidade neoliberal. A universidade é mais um espaço a ser ofertado como mercadoria, desejado e consumido pela população. Incide no desejo de estar em outro espaço para socializar-se de outras formas, ter acesso a uma série de outras possibilidades que não se encerram no processo de qualificação para o trabalho.

A educação parece estar reduzida a uma cultura da performatividade, importando o desempenho e rendimento escolar, o que permite a competição entre os estudantes, os professores, as escolas e, em esfera internacional, entre os países. A autonomia, a autorresponsabilização e o auto empreendedorismo são características dessa cultura da performatividade e são incisivamente estimuladas pelo ENEM na medida em que o exame passa a reforçar a perspectiva da responsabilização individualizada em que os estudantes se sentem responsáveis pelo o sucesso ou fracasso na avaliação.

De tal modo, produzem novos modos de vida do cidadão dessa sociedade, o aprendente por toda vida. A aprendizagem por toda vida reflete as decisões, as ferramentas e os instrumentos governamentais. O investimento em capital humano vem sendo o marketing das políticas que oportunizam a igualdade de oportunidades a todas as classes e a todos. Os redirecionamentos da racionalidade neoliberal têm sustentado muitas políticas educacionais, principalmente as avaliativas e curriculares, como o ENEM, ao inserirem os sujeitos no jogo da concorrência.

4. CONCLUSÕES

Para finalizar, destaca-se que as políticas de escolarização, em especial o ENEM, estão engendradas em práticas governamentais neoliberais que atuam no jogo complexo de condução das condutas em direção à produção dos modos de subjetivação de indivíduos-microempresas-empreendedores e aprendente por toda vida. Esses discursos seduzem os sujeitos e parece transformar os sentidos educacionais na direção de uma educação para o investimento em capital humano – homem econômico empresário de si mesmo.

O discurso opera na consolidação do ENEM inserida em uma racionalidade de Estado e toma a Educação Superior como destino para jovens e adultos brasileiros, e as oportunidades que se descortinam para os estudantes podem estar colocando em funcionamento verdades que procuram fixar a importância do ingresso na universidade, o investimento em capital humano, no qual os sujeitos são conduzidos a comprar o discurso das oportunidades e privatizados pelo sucesso e fracasso nos processos educativos. Por fim, o ENEM como uma estratégia que busca instituir verdades sobre o papel da escola, sobre os processos de formação e educação e também nossas concepções de conhecimentos e nossas formas de conhecer e aprender para que os sujeitos se tornem mais participativos, performativos e responsabilizados e assim alcancem maior produtividade e competitividade.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação, **Campanha Publicitária do Enem**. Acessado em 10 de janeiro de 2016. Online. Disponível em:
http://centraldemidia.mec.gov.br/index.php?option=com_hwdmediashare&view=mediaitem&id=10068:enem2015-30&Itemid=484?&filter_mediaType=4

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. (Col. Tópicos). São Paulo, Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.